

## **Economias Feministas:**

### **Entrevista Com Luciane Lucas Dos Santos<sup>1</sup>**

Márcia Santana Tavares<sup>2</sup>

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti<sup>3</sup>



---

<sup>1</sup> Entrevista realizada em janeiro, 2021

<sup>2</sup> Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (1982), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (2004) e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2008). Pós-doutorado na Universidade Federal de Sergipe (2019). Atualmente é professora Associada I do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia; professora permanente dos Programas de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM/UFBA e de Serviço Social (PPGSS/UFBA); pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM;

<sup>3</sup> Estágio Pós-doutoral em Direitos Humanos e História Contemporânea na Universidad de Salamanca, Espanha (CAPES e CNPq). Doutorado em História - Universidade de León, Espanha. Mestrado em História Social e História da Educação pela PUC/SP. Na área acadêmica, é professora e pesquisadora da Universidade Católica do Salvador no Doutorado e Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Docente permanente e pesquisadora associada ao Programa de Pós-Graduação Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Investigadora associada ao Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Portugal.

Luciane Lucas dos Santos é investigadora associada do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, integrando o Núcleo de Investigação Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE), que co-coordenou de 2018 até Março de 2021. Integra, como convidada, a equipe docente do Doutoramento Democracia no Século XXI em Portugal (CES/FEUC) da Universidade de Coimbra e co-coordena o Grupo de Estudos sobre Economia Solidária do CES (ECOSOL-CES) e o Grupo de Trabalhos Policredos.

Doutorou-se em Comunicação e Cultura (2004) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Brasil). Foi professora adjunta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde construiu uma parte significativa de seu percurso acadêmico. Migrou dos Estudos da Comunicação para a Sociologia, dedicando-se aos estudos do consumo e da economia, particularmente a feminista. Entre 2016 e 2018, foi Professora Visitante na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), lecionando no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES/UFSB).

No campo da investigação seus temas estão nas interfaces entre Economia(s) Feminista(s), Estética(s) Feminista(s), estudos pós-coloniais da Economia, Economias Comunitárias, desigualdades a partir de uma perspectiva interseccional. Em 2020, participou de conferência “O trabalho emocional em tempos de covid: Algumas reflexões à luz da economia feminista”, na parceria entre o PPGNEIM/UFBA e dois núcleos de estudos – Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL) e Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação (GIRA/UFBA). Tem produção vasta sobre economias feministas e subalternas, destacando artigos nas revistas *Conjunctions. Transdisciplinary Journal of Cultural Participation*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *Ex-Aequo* e organização e capítulos no livro *Theory of Social Enterprise and Pluralism: solidarity economy, social movements, and Global South* (Routledge, 2019), dentre outras.

**Ao investigar sobre economias feministas, quais contribuições em Tempo Presente, aparecem com maior força no tocante à produção de um "conhecimento prudente para uma vida decente", parafraseando Boaventura Sousa Santos?**

Penso que uma breve nota sobre o meu percurso acadêmico e minhas atuais preocupações de pesquisa permitirá explicar melhor como vejo esta produção de “conhecimento prudente”, nos termos de Boaventura de Sousa Santos - a saber, um conhecimento efetivamente mais poroso relativamente ao mundo como ele é na sua diversidade e menos sujeito a modelos abstratos que o imaginam a partir de referências dominantes que simulam um efeito de universalidade.

No campo da Economia, este “conhecimento prudente” aqui evocado equivale a uma percepção mais alargada do que seja o econômico, assumindo que existem diferentes lógicas e racionalidades produtivas, diferentes modos de construir a vida material que não passam necessariamente pelo mercado, mecanismos não-estatais de redistribuição de

recursos, além de formas não mercantis de construção de valor (a exemplo do trabalho emocional).

Acredito que esta lente diferente (e situada) para pensar e construir a Economia é que a torna útil para a construção efetiva de uma “vida decente” (utilizando aqui a expressão de Boaventura). No meu caso particular, tenho buscado pensar como hierarquias naturalizadas por diferentes abordagens teóricas, particularmente eurocentradas, tem consequências materiais concretas na vida das mulheres do Sul Global.

Começo por dizer que eu venho originalmente dos Estudos da Comunicação. Contudo, a partir de 2004, faço uma transição gradual - e definitiva - para a Sociologia e, mais especificamente para a sociologia econômica. É o tema do consumo que permite esta transição, passando a integrar minha agenda de pesquisa e docência, ainda no Brasil. Nesta época, eu me interessava por uma questão ainda pouco problematizada nos estudos do consumo que é a da materialidade do simbólico. Reconhecendo o valor de vários/as autores/as no campo da Antropologia do Consumo - Don Slater, Mary Douglas, Baron Isherwood, Daniel Miller, entre outros -, e retomando a relevância do simbólico na construção da identidade e do sentido de pertença, busquei olhar para as consequências materiais das hierarquias assentes nestes sentidos produzidos e reiterados coletivamente. Ou seja, interessava-me perceber como certas hierarquias, naturalizadas no discurso do consumo, alimentavam desigualdades com consequências concretas do ponto de vista material.

Em fins de 2010, eu me mudo de vez para Portugal - já tendo estado no país entre 2008 e 2009 - com uma agenda de investigação que se alarga para o campo da economia no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. A partir de 2011, começo a me debruçar mais enfaticamente sobre as chamadas “Outras Economias”, a exemplo da Economia Solidária, das economias indígenas, das economias comunitárias, com um olhar mais atento para a predominância das mulheres na promoção destes arranjos econômicos. Isto termina por me aproximar da Economia Feminista, que tem como um de seus temas centrais a invisibilidade de todo um conjunto de fazeres que tornam a vida material possível - seja dos indivíduos, seja das comunidades.

A partir de alguns pontos comuns entre a Economia Feminista (que prefiro hoje nomear no plural dada a sua diversidade de perspectivas) e o campo de estudo intitulado “*community economies*”, dos quais as feministas Katherine Gibson e Julie Graham (já falecida) são importantes referências, tenho construído as minhas atuais preocupações de pesquisa.

Também devo lembrar que as Epistemologias do Sul, como abordagem teórica proposta pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, com quem trabalhei no “Projeto Alice - Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas”, constituem um importante pilar nas minhas formulações teóricas sobre a economia e o consumo.

Assim, eu diria que as questões que me “movem” em termos de investigação são hoje as seguintes: 1. as de natureza teórico-epistemológica trazidas por estas outras economias à medida que desafiam conceitos e critérios usualmente aceites (exemplos: a

ideia de desempenho assente na replicabilidade e na escala; o mercado como sinônimo de economia, a escolha racional como princípio universal, etc); 2. as dimensões trazidas pela Economia Feminista (do trabalho doméstico não-pago, da economia do cuidado, do trabalho emocional) para uma ressignificação do que entendemos por economia; 3. os aspetos subrepresentados no próprio campo da Economia Feminista relacionados à ausência de uma efetiva lente interseccional. Refiro-me, por exemplo, à subrepresentação das mulheres negras nos estudos da Economia Feminista e no desenho de suas principais temáticas, com pouca análise sobre os constrangimentos materiais vividos em contextos específicos por estas mulheres (também heterogêneas) na intersecção do racismo e do sexismo. Por esta razão, tenho vindo a trabalhar com um conjunto de teorias que me ajudam a realizar uma análise crítica e situada no âmbito da Economia Feminista: os Feminismos Negros e Indígenas, os estudos pós-coloniais da Economia, a Economia Política Negra.

Há muitas referências feministas e em gênero - e aqui me refiro, por exemplo, a autoras relevantes como Cecilia Rio, Rose Brewer, Akwugo Emejulu, Monique Constance-Huggins - que nos ajudam a desvendar aspetos nem sempre visíveis da desigualdade social em termos materiais, culminando na pobreza como consequência. Esta desigualdade pode ser alimentada seja por uma percepção social que naturaliza práticas quotidianas de discriminação étnica e/ou racial com efeitos na posicionalidade destas mulheres ou, mais objetivamente, por políticas públicas aparentemente neutras que reiteram estereótipos e enviesam a redistribuição social de benefícios (como mostra Constance-Higgins no caso das políticas de bem estar social nos Estados Unidos desde o *Mother's Pension* no início do século XX até a reforma mais recente do estado social em 1996). Estas autoras feministas nos ajudam a perceber a concretude da interseccionalidade no âmbito econômico.

A interseccionalidade não é só um conceito que permite destrinchar as camadas que constituem situações de privilégio ou exclusão. Trata-se de um conceito poderoso que, conferindo maior acuidade na percepção da desigualdade, permite desnudar vieses seja em políticas públicas, projetos de desenvolvimento económico, ou agendas de financiamento no contexto da pesquisa científica.

**Podemos falar em cidadania quando outras formas de produção de conhecimento e saber foram e continuam sendo desrespeitados, ou melhor, ignorados em nossa sociedade capitalista, patriarcal e racista?**

Cidadania é uma daquelas palavras que requer, de tempos em tempos, reflexão. Não é incomum que projetos vocacionados a combater a exclusão social evoquem a cidadania como algo que pode ser “concedido” - seja por uma instituição, seja pelo Estado - a alguém. Penso que vale aqui voltarmos ao conceito de cidadania em Hannah Arendt, para quem não é possível pensar o “ser cidadão” descolado das condições de ação e palavra do sujeito. A este respeito, digo que é preciso, de tempos em tempos, interpelar o que está sendo subentendido como cidadania em diferentes campos de conhecimento. O

mesmo deve ser feito em relação ao conceito de esfera pública, que muitas vezes assume como iguais as condições de participação de diferentes sujeitos, quando na verdade não é isto que acontece. Temos, hoje, vários autores e autoras a questionar este conceito de esfera pública - Nancy Fraser, Boaventura de Sousa Santos, Paul Gilroy. Gosto particularmente do conceito de sociedade civil incivil, de Boaventura de Sousa Santos, para referir aquelas e aqueles que estão totalmente à margem dos direitos sociais, económicos e mesmo políticos. O que aqui vemos é que as condições de ação e palavra não são as mesmas para todos e todas.

O que quero dizer é que o conceito de cidadania não pode ser evocado sem se falar das condições efetivas do dizer e do fazer. Se o fazer refere-se à condição de autonomia para atuar sobre a realidade e resistir sempre que necessário, o dizer não se refere só à palavra como a privilegamos no Ocidente. Vincula-se às diferentes formas de enunciar concordância/ discordância/indiferença/desconfiança, tendo-as socialmente validadas e não apenas contabilizadas para forjar a sensação de uma abrangente esfera pública.

Há duas dimensões aqui a ter-se em conta. A primeira diz respeito à ideia de que não haverá cidadania se não forem criadas efetivas condições de resposta ao que está posto como padrão: condições de negociação dos sentidos, de não ter sempre a palavra técnica como parâmetro de validade, de dizer 'não'. E a muitos grupos minoritários é simplesmente cerceada esta condição de dizer não.

O segundo aspecto se relaciona aos termos em que a produção de conhecimento se dá, já que estes saberes são sempre construídos e consolidados por pessoas e grupos com específicas percepções de mundo, embora o discurso da neutralidade científica busque desacreditar esta ideia.

Como lembra a feminista negra Cecilia Rio, referindo-se aos grupos raciais dominantes na construção das teorias económicas, mesmo aquelas pensadas no âmbito da análise feminista, um grupo dominante “tem o privilégio de projetar suas experiências como universais”. Eu diria que isto vale não só para a dimensão étnico-racial e de género, mas também para outros marcadores, como casta, classe, identidade sexual etc.

Dito de outro modo, é dever nosso, daquelas e daqueles que se preocupam com os vieses que o discurso científico pode conter, desvelar não só este “bias” dos cânones, mas evidenciar as consequências simbólicas e materiais para as pessoas de carne e osso quando estes cânones fundamentam políticas públicas, editais para financiamento, programas de agências multilaterais, *guidelines* para projetos científicos.

No que refere à economia, esta discussão sobre cidadania nos leva a uma outra ideia, a de democracia econômica, termo muitas vezes evocado sem que se vá à raiz dos conceitos. O que significa - no âmbito local, nacional e internacional - criar condições para a democracia econômica? Quais questões de fundo precisam ser trazidas à tona para que a justiça econômica não seja apenas tratada como combate à pobreza?

Quando penso, por exemplo, em muitas mulheres negras reiteradamente condenadas à condição de pobreza, seja por estarem sobrerrepresentadas em empregos mal remunerados, seja por habitarem predominantemente longe dos equipamentos públicos de que necessitam, seja por sofrerem constrangimentos nas políticas tácitas de

concessão de crédito, vejo que não é possível falar de democracia econômica sem pensar na forma como nossas economias são racializadas.

Tenho vindo a tratar desta questão da democracia econômica em dois trabalhos - um escrito a quatro mãos com a colega Swati Banerjee, da Tata University (Índia) e outro em um capítulo de livro sobre o Terceiro Setor, organizado pelas colegas Roseanne Mirabella (Seton Hall University), Angela Eikenberry (University of Nebraska) e Tracey Could (Sheffield Hallam University) - este último em vias de publicação.

Sempre que colocamos sobre a mesa o tema da democracia econômica numa perspectiva de gênero, não podemos nos esquecer dos constrangimentos materiais que ultrapassam o debate da empregabilidade. Outros fatores também constroem a precariedade quotidiana, alguns das quais alicerçados em estereótipos sobre as mulheres negras, indígenas, ciganas, transgênero, imigrantes e/ou muçulmanas. Aqui entram os empregos mal remunerados e em turnos fora do horário laboral, a ausência de apoio do Estado em questões essenciais como a disponibilidade de creches públicas, a sobre-representação em trabalhos domésticos e de cuidado em que os direitos laborais nem sempre são garantidos na totalidade, os constrangimentos tácitos à livre circulação nos espaços públicos, a mobilidade reduzida para quem está em regime pós-laboral, a falta de reconhecimento do Poder Público acerca da heterogeneidade das mulheres e dos constrangimentos materiais a que estão sujeitas

Trocando em miúdos, a produção de conhecimento no que refere à economia deve ter em conta: 1) a heterogeneidade dos sujeitos de que falamos e o modo como tal diferença interpela os conceitos assumidos como universais e o seu lugar nas teorias; 2) outras lógicas subjacentes às práticas econômicas não-ocidentais, que não podem ser lidas ou avaliadas segundo critérios e métricas eurocentradas.

### **De que maneira, as economias feministas do Sul descortinam outros modos de vida, de produção e de circulação?**

Antes de mais, penso ser importante relatar os contributos deixados pela Economia Feminista, como subcampo da Economia. As Economias Feministas trazem para o debate dimensões da vida material que não recebem a devida atenção por parte dos economistas, sobretudo aqueles que valorizam uma perspectiva formalista da Economia. Com a Economia Feminista (e aqui digo no singular ainda), entram no debate econômico temas como o trabalho doméstico não-pago, o trabalho emocional e a sua predominância em atividades socialmente construídas como “femininas”, o *gap* salarial entre homens e mulheres, a economia do cuidado, as raízes androcêntricas do cânone econômico, a divisão de tarefas no ambiente doméstico, o valor do sentido de provisão na economia. Vemos, portanto, que a Economia Feminista não só desafia epistemologicamente o pensamento econômico, mas também traz dimensões da economia quotidiana que não são solucionadas pelo mercado. Reforçam, assim, o chamado de atenção de Karl Polanyi para que não tomemos a economia pelo mercado.

A Economia Feminista, entretanto, como campo de conhecimento, tem deixado lacunas, razão por que perspectivas menos enfatizadas devem vir à superfície mais

regularmente, conferindo maior pluralidade ao campo - refiro-me, por exemplo, aos contributos vindos dos feminismos indígena, negro, campesino, islâmico, pós-colonial. Daí a minha preferência pelo termo Economias Feministas em vez de Economia Feminista - e esta tem sido uma tendência em muitos lugares.

Já mencionei antes e devo reforçar aqui os contributos trazidos por autoras interseccionais ou pós-coloniais ao tema da Economia, a exemplo da economista sudanesa Eiman Zein-Elabdin, da socióloga indiana S. Charusheela (ambas trazendo o recorte pós-colonial para o pensamento económico), da economista afro-americana Cecilia Rio (que questiona a teoria do poder de barganha a partir da experiência das mulheres negras), da socióloga afro-americana Rose Brewer (que traz a economia política negra para o debate feminista), da antropóloga política mexicana Aída Hernandez Castillo (que trabalha com as mulheres indígenas, desvelando o discurso e a lógica capitalistas subjacentes às geografias racializadas), da socioeconomista francesa Isabelle Hillenkamp (que, analisando casos no Brasil e na Bolívia, tem chamado a atenção para outros princípios de integração económica, a exemplo da domesticidade/*household*).

Todas essas autoras estão presentes na minha investigação e têm me ajudado a refletir sobre desafios epistemológicos que se desenham no contexto das Economias Feministas. Compartilho com Isabelle Hillenkamp esta preocupação relativamente aos princípios polanyianos de integração económica e tenho, nos últimos tempos, me debruçado sobre este ponto, buscando mostrar como as economias do Sul, majoritariamente lideradas por mulheres, interpelam os cânones da Economia e mesmo da Economia Feminista.

As mulheres do Sul Global têm estado a frente de experiências económicas que:

1. descortinam outras lógicas produtivas e sua ligação com dimensões não-económicas da vida (a exemplo da relação entre o económico e o espiritual nas economias indígenas);
2. ressaltam outras dimensões subvalorizadas da economia, como a reciprocidade, a redistribuição e a provisão;
3. promovem uma redistribuição de recursos no contexto da comunidade, desafiando a ideia de que a redistribuição é uma tarefa do Estado; e
4. suscitam combinações destas dimensões referidas, criando híbridos interessantes, a exemplo dos mercados populares conduzidos por mulheres em que as preocupações com o cuidado reformulam a lógica usualmente impessoal e sisuda de funcionamento dos mercados.

Neste sentido, estas mulheres, de fato, chamam nossa atenção para outros modos de produção, de consumo, de circulação de bens. Além disto, lembram-nos da relevância dos circuitos de provisão para a resiliência das comunidades, ressaltando aspetos que em geral são desconsiderados nas avaliações das economias locais, tais como a valorização da redistribuição comunitária, da reciprocidade, de novos valores nas trocas económicas e dos cuidados relativos à reprodução da vida quotidiana no seu caráter mais básico - e, por isto mesmo, fundamental. Estas mulheres, eu ousaria dizer, re-encrustam a economia nos contextos em que se encontram e repolitizam o domínio do doméstico. Cabe aqui lembrar que, relativamente aos grandes debates e preocupações em torno do alimento, da terra produtiva e da água, as mulheres do Sul têm desempenhado um papel fundamental,

estando à frente de grandes movimentos pela soberania alimentar e hídrica, pelo direito às sementes, pelo direito à terra. Estão à frente de muitas lutas na cena pública internacional.

### **Poderia abordar sobre como a colonialidade econômica afeta sobremaneira a vida das mulheres, contribuindo para alimentar e intensificar a desigualdade de gênero?**

Em primeiro lugar, falemos do conceito de colonialidade econômica e como eu o concebo nos meus trabalhos, com aproximações e distanciamentos do seu uso original. O conceito de colonialidade nos foi apresentado por Aníbal Quijano, significando um elemento constitutivo do capitalismo calcado na “imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo”. Mais tarde, Walter Mignolo vai aprofundar alguns aspectos deste conceito, falando também de uma colonialidade econômica. A colonialidade econômica, no âmbito do que Mignolo chama de matriz colonial de poder, aparece como certa naturalização de uma geopolítica moderna que, reificando a diferença colonial, reativa continuamente relações de submissão econômica (e não só).

Embora o conceito de colonialidade faça sentido para mim, bem como a própria noção de colonialidade econômica proposta por Mignolo, entendo que, à luz dos feminismos pós-coloniais, é preciso atenção para os mecanismos específicos e situados através dos quais as categorias e os conceitos encontram sentido (ou não) em referentes locais, como nos adverte, por exemplo, Avtar Brah e Ann Phoenix. Parece-me que, em nome de uma teoria do poder mais complexa, que relacione à modernidade o colonialismo e o que dele se mantém como recorrente depois das independências, Mignolo termina por cair na armadilha da totalidade, ainda que adotando um ângulo de visão antitético para analisar a dinâmica de forças.

Vejo, portanto, na acepção de Mignolo, três problemas: 1) uma evocação de totalidade que conserva uma dualidade tipicamente moderna, tendo por parâmetro as relações de poder constituídas em torno do Atlântico; 2) uma explicação da colonialidade a partir da América Latina que, se por um lado, traz novos olhares sobre a questão colonial neste contexto, deixado bem à margem pelos estudos pós-coloniais, por outro pode também enviesar a leitura do poder em outros contextos continentais; 3) a crítica que faz à Economia centra-se numa perspectiva geopolítica mais geral das relações de poder.

Este olhar geral sobre a geopolítica não me parece suficiente. Julgo ser importante evidenciar este “*ritornello*” nas teorias econômicas e o modo como ele incide nas políticas nacionais e internacionais, criando áreas de sombra e de visibilidade na enunciação dos problemas “econômicos”. Esta preocupação tem sido levada a cabo por um grupo de autoras pós-coloniais (e autores também) que quero aqui ressaltar, a exemplo de Eiman Zein Elabdin, S. Charusheela, Karen Graubart, Jennifer Olmsted, Robert Dimand, Colin Danby e Antonio Callari. Estes autores/as têm buscado fazer, no campo da Economia, o que outros acadêmicos/as fizeram na Antropologia, na Literatura, etc.

A colonialidade econômica, como a vejo (e em diálogo com o pensamento de Eiman Zein-Elabdin e S. Charusheela), está assente na ficção de um parâmetro universal

de comparação, mediante o qual uns estão mais adiantados do que outros – sejam indivíduos, grupos sociais, economias ou grupos translocais.

Se pensarmos na economia como área de conhecimento, encontraremos quatro domínios de constituição da colonialidade: 1. o do apagamento histórico dos pontos de partida dos autores/as que deram origem às teorias dominantes sobre o comportamento dos agentes econômicos, 2. o do imaginário colonial remanescente, que mantém as economias subalternizadas reféns de uma ficção do desenvolvimento como única via de realização social; 3. o das soluções técnicas assentes em programas de cooperação e financiamento para o enfrentamento da pobreza nos países do Sul que, a partir de perspectivas eurocentradas de pobreza e riqueza, se desviam de raízes coloniais das desigualdades estruturais; 4. o da disseminação da ideia de escala como parâmetro de eficiência, considerando como irrelevante, do ponto de vista económico, toda experiência de organização material cujo teor possa estar na re-incrustação da economia no social. Importa também referir o apagamento das “pegadas” do “não-económico” por trás do “económico”, como lembra Eiman Zein-Elabdin, e com ele as histórias subjacentes à construção de categorias tomadas como neutras. Há uma história por trás das categorias e dos modelos e/ou teorias económicas que adotamos, com efeitos concretos sobre países, pessoas e grupos sociais. A este respeito, resalto aqui os contributos de Karen Graubart e de Eiman Zein-Elabdin e S. Charusheela.

A Economia - e mesmo a Economia Feminista - ainda tem um olhar pouco atento às diferentes mulheres, sobretudo as do Sul. A narrativa do desenvolvimento, muito evocada, tem servido para hierarquizar as mulheres e suas visões de mundo - e para invisibilizar o nervo da questão. Na análise da pobreza, esta narrativa do desenvolvimento não vê problemas em ignorar o papel dos aspetos não-económicos (como a divisão internacional do trabalho, o racismo e seus desdobramentos no mundo do trabalho, a produção desigual do espaço). É comum que estes aspectos não sejam considerados à luz dos constrangimentos materiais que causam na vida das mulheres do Sul - inclusivamente daquelas que estão no Norte (mulheres ciganas, Afro-Europeias migrantes, indígenas etc.).

Voltemos às mulheres negras no contexto do Brasil - sem esquecer a heterogeneidade destas mulheres diante de outros marcadores que igualmente afetam sua existência material e simbólica (sexualidade, classe, faixa etária etc.) Podemos pensar a pobreza vivida por muitas delas sem ter em mente questões relativas à sua sub-representação na esfera pública ou ao cerceamento à sua plena circulação nos espaços urbanos? Podemos ignorar os constrangimentos materiais vividos em função de uma oferta laboral sempre concentrada em trabalhos com baixa remuneração? Relativamente às mulheres indígenas e camponesas, também um conjunto de questões se coloca. Alguns dos projetos de desenvolvimento endereçados a estas mulheres pode assumir uma função por vezes ‘apaziguadora’, tirando o foco da luta por território e da articulação com vistas à soberania alimentar, o direito à terra, a soberania hídrica, entre outras.

Esta colonialidade económica aparece, portanto, sempre que os problemas enfrentados por mulheres negras, indígenas, imigrantes, camponesas, periféricas são

interpretados de forma rasa, como sinônimo de falta de desenvolvimento, de instrução, de motivação. Aparece sempre que os contextos históricos e culturais são assumidos como inferiores, engessando estas mulheres na posição de sujeitos sem agência. Aparece quando a agenda feminista, em nome de problemas comuns, consolida um conjunto de preocupações que mais encaixa na experiência de mulheres brancas, urbanas e de classe média do que de outras mulheres, para quem a leitura da opressão pode apontar novos vetores de poder.

**Em um de seus trabalhos você afirma que “O sentido da fome e do seu oposto – a soberania alimentar – é, sobretudo, político”. Poderia discorrer sobre essa abordagem para nossxs leitorxs?**

Este é um trabalho antigo, que mereceria novo enquadramento. Contudo, a questão se mantém e, sem dúvida, é importante falarmos tanto do sentido político da fome como da dimensão política da soberania alimentar.

Primeiro falemos da fome como um problema político. No âmbito do consumo produtivo, há sempre a transferência de recursos naturais na produção de *commodities*, sem que as empresas e os países envolvidos tenham que pagar por tais recursos, como água, terra, floresta, minérios. Assim, países com mais dinheiro têm transformado outros em “quintais” para a produção daquilo que consideram sua prioridade, comprometendo a soberania alimentar de países com economias mais frágeis.

São vários os exemplos, como mostra um relatório da Grain: a China compra terras na Argentina, na Colômbia, no Senegal, na República Democrática do Congo, entre outros países; a Coreia do Sul, no Cambodja, na Indonésia, nas Filipinas, no Sudão; a Arábia Saudita, também na Argentina e no Sudão, mas ainda na Etiópia e no Paquistão. Estamos a assistir a uma nova conformação geopolítica, a uma espécie de neocolonização por controle remoto, sem “sair de casa”.

Importa esclarecer que o *landgrabbing* não afeta apenas os países do Sul Global - veja-se o caso da Austrália, que tem China e Canadá entre os que buscam acesso às suas terras. Contudo, é claro que são os países do Sul os mais afetados. Curiosamente, alguns destes países fazem o mesmo com outras nações, o que reforça a necessidade de percebermos Sul e Norte, como já advertira Boaventura de Sousa Santos, como categorias sociológicas elásticas (de modo que o Norte poderá aparecer no Sul através das elites nacionais que se alinham a uma agenda transnacional, e o Sul aparecer no Norte através de grupos minoritários frequentemente expoliados em seus direitos, caso de comunidades indígenas, camponesas, população Roma etc). Nós tanto vemos o Brasil sofrendo *landgrabbing* por parte de países como China, França, Alemanha e Estados Unidos, como na posição daquele que compra e aluga terras em outros países, como em Moçambique e no Sudão.

Em suma, quando digo que a fome é um fenômeno político, refiro-me ao facto de que ela não pode ser entendida como algo externo a esta geopolítica da produção de *commodities*. A fome, em diferentes partes do mundo, tem se agravado diante desta lógica de produção e entrelaçamento do espaço que retira soberania hídrica e alimentar de

comunidades e países, prometendo compensá-los com o tão esperado desenvolvimento econômico.

Os feminismos jogam aqui um papel muito importante, tanto em termos de produção de conhecimento como na resistência a esta lógica de produção desigual do espaço, incluindo a prática do *landgrabbing*. As mulheres camponesas, indígenas e quilombolas se tem articulado na luta por seus territórios e por políticas públicas que respeitem seus modos de vida e seus conhecimentos. Um exemplo, no caso brasileiro, é a articulação das mulheres quilombolas para que participem mais ativamente de programas de compras coletivas de alimentos, seja do Governo Federal, seja do Estado de São Paulo, levando a agroecologia - e sua lógica diferente de produção - para a alimentação quotidiana das crianças nas escolas. Hoje, no atual cenário político do Brasil, muitos destes programas estão a ser enfraquecidos, mas é o movimento popular das mulheres rurais e urbanas que tem estado na frente de muitas conquistas por direitos e mais participação nas políticas públicas. Este não é um caso isolado

Em todo o mundo, as mulheres têm feito diferença nestas lutas por território, por soberania alimentar, por outro modo de produção e de uso dos recursos. Esta é a dimensão política da soberania alimentar. Refiro-me, aqui, à capacidade de evocar nas comunidades o direito e o poder de escolha, relativamente a três pontos: 1. ao que se vai plantar e consumir, podendo a comunidade afastar-se das alternativas do modelo global e de algumas de suas consequências ambientais; 2. a uma racionalidade produtiva diferente, assente em conhecimentos locais e em outra lógica de relação com o entorno; 3. ao direito de evocar uma territorialidade que leve em conta outros elementos relevantes para a manutenção de um modo de vida.

Em termos de produção de conhecimento, há significativa literatura feminista a analisar a força destes movimentos de mulheres e seus contributos teóricos e epistemológicos, seja para repensar conceitos universalizados ou para trazer outros olhares sobre áreas científicas com forte viés androcêntrico. No caso da Economia Feminista (no singular), entretanto, há ainda uma grande lacuna a ser preenchida - não pela falta de trabalhos de qualidade a repensar o domínio do “econômico”, mas pela necessidade do campo ser mais poroso seja a contributos de feministas do Sul, seja à força dos movimentos populares de mulheres em diferentes partes do mundo, numa articulação entre o político, o econômico e o social.

Há um conjunto de autoras, aqui, dentre as quais me incluo, que discute efetivamente as economias feministas a partir do Sul e que vem lutando por ampliar o escopo deste campo (caso, por exemplo, de Isabelle Hillenkamp, Miriam Nobre, Julie Mattaei, Yolanda Jubeto, Swati Banerjee, Teresa Cunha, entre outras autoras). Sem esquecer, obviamente, do trabalho fundante de Katherine Gibson e Julie Graham, no campo da Geografia, que nos convida a pensar em novos imaginários econômicos, trazendo para a cena a perspectiva das economias comunitárias.

O campo da Geografia Feminista Rural, aliás, tem dado grandes contributos epistemológicos, repensando os conceitos de ruralidade, bem como as representações redutoras, que muitas vezes aparecem numa literatura feminista urbano-centrada, acerca

das mulheres rurais e indígenas. Dentre estas vozes, chamo a atenção aqui para os trabalhos de Barbara Pini, Aída Hernandez Castillo e Aileen Moreton-Robinson.

Neste contexto mais alargado das economias feministas, o meu trabalho tem vindo a situar-se na interface entre o político e o económico, buscando mostrar a dimensão política (nem sempre visível) que o doméstico pode assumir e a interpelação que as experiências do Sul fazem à suposta universalidade da cisão entre o doméstico e o económico, como mostram as economias indígenas. Também tenho buscado mostrar como a relativa ausência de perspetivas interseccionais na Economia Feminista (no singular) pode prejudicar uma leitura mais complexa de questões como a vulnerabilidade económica de mulheres minoritárias ou a dimensão política, geralmente subvalorizada, de sua articulação para o enfrentamento de constrangimentos materiais e simbólicos.

**Considera existir algum tipo de resistência em relação a produções contra hegemônicas? Se há, como se manifestam na academia e fora dela?**

Infelizmente, a produção contra-hegemónica do conhecimento encontra muitas e diferentes barreiras no contexto académico. Há, por exemplo, notável sub-representação de trabalhos com uma perspectiva crítica a partir do Sul, bem como de autores/as provenientes destes países nas revistas internacionais indexadas com maior fator de impacto. A defesa de uma neutralidade do discurso científico (que por vezes implica uma perspectiva dominante de interpretação dos fenômenos) e um conjunto cada vez mais explícito de parâmetros internacionais a reforçar certa “tecnicização” das agendas científicas contribuem para a manutenção desta barreira, seja na leitura da realidade, seja no questionamento de metodologias.

Alguns trabalhos têm conseguido espaço no debate académico a partir da publicação em livros de reconhecidas editoras internacionais, embora este seja ainda um caminho cujo acesso necessita ser mais democratizado. Ainda assim, há editoras internacionais que estão abertas a perspetivas mais contra-hegemônicas, publicando coletâneas ou monografias de autoras feministas indianas, nigerianas, mexicanas, brasileiras, bolivianas, para citar algumas. As editoras alternativas, por sua vez, nacionais ou internacionais, podem ser uma solução para divulgação destas perspetivas, mas enfrentam alguns problemas de circulação.

É no contexto das revistas científicas, entretanto, que a barreira ao contra-hegemônico pode se manifestar de forma mais contundente. As indexadas e com fator de impacto alto - que são as que mais contam na progressão de carreira de um/a pesquisador/a - são menos receptivas a abordagens pouco consensuais. Um referencial teórico mais específico de um determinado contexto e não coincidente com certa literatura consagrada pode reduzir as chances de publicação, fazendo pressão sobre as abordagens escolhidas pelos pesquisadores/as e sobre a representatividade de novas perspetivas teórico-epistemológicas nos diferentes campos. Cabe lembrar, entretanto, que as perspetivas do Sul têm oxigenado muitos debates, questionando conceitos e afirmações generalistas. Elas estão entre as que mais interpelam o que é dado como consensual,

suscitando um alargamento epistemológico e metodológico em muitos campos de conhecimento.

A depender do contexto, as revistas nacionais podem estar mais abertas a leituras contra-hegemônicas. Entretanto, enfrentam outro conjunto de desafios: a circulação muitas vezes restrita ao contexto nacional ou continental, a ausência em certas bases de indexação, a falta de equivalência explícita entre sistemas de classificação nacionais e internacionais.

Vejo hoje como espaço promissor para análises contra-hegemônicas alguns relatórios com circulação nacional e internacional, que ganham repercussão no circuito acadêmico. Alguns destes relatórios e/ou documentos são desenvolvidos por organizações que estão no terreno; outros, por agências multilaterais que atuam no campo dos direitos humanos (a exemplo da FRA - *European Union Agency for Human Rights*). Com dados estatísticos ou descrições de contexto de grande valor, estes relatórios e dossiês têm a capacidade de criar respaldo para novas perspectivas acerca de temas candentes. Penso que aliar estas perspectivas teóricas de que falei a dados estatísticos e informação empírica trazida por muitos destes relatórios e estudos - para além do trabalho de campo, naturalmente - é um bom modo de robustecer e disseminar perspectivas teórico-epistemológicas desafiadoras, comprometidas com uma análise mais situada da realidade.

#### ALGUMAS SUGESTÕES DE REFERÊNCIAS

BREWER, R.; CONRAD, C. & KING, M. The Complexities and Potential of Theorizing Gender, Caste, Race, and Class. *Feminist Economics*, 2002, 8 (2), pp.3-17. DOI: [10.1080/1354570022000019038](https://doi.org/10.1080/1354570022000019038).

BRAH, A. & PHOENIX, A. Ain't I A Woman? Revisiting Intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, 5(3), 2004, pp. 75-86.

CASTILLO, Aída. Feminismos poscoloniales: reflexiones desde el sur del Río Bravo, in NAVAZ, L. & CASTILLO, R.A.H (Eds.) *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Valencia: Editorial Cátedra, 2009, pp. 75-116.

CHARUSHEELA, S. & ZEIN-ELABDIN, E. Feminism, Postcolonial Thought and Economics, in FERBER, M. & NELSON, J. (Eds.) *Feminist Economics Today: Beyond Economic Man*. Chicago: University of Chicago Press, 2003, pp. 175-192.

CONSTANCE-HUGGINS, M. A Review of the Racial Biases of Social Welfare Policies. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 2011, 21(8), pp. 871-887. DOI: [10.1080/10911359.2011.588531](https://doi.org/10.1080/10911359.2011.588531).

EMEJULU, A. & SOBANDE, F. *To Exist is to Resist. Black feminism in Europe*, London: Pluto Press, 2019.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, 1990, n. 25/26, pp. 56-80. DOI: [10.2307/466240](https://doi.org/10.2307/466240).

GIBSON-GRAHAM, J.K.; RESNICK, S. & WOLFF, R. (Eds.). *Class and its others*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

HILLENKAMP, I. & LAVILLE, J.L.(Eds.). *Socioéconomie et démocratie. L'actualité de Karl Polanyi*. Toulouse: Érès, 2013, pp. 215- 239.

HILLENKAMP, I.; LUCAS DOS SANTOS, L. (2019), The domestic domain within a post-colonial, feminist reading of social enterprise: towards a substantive, gender-based concept of solidarity enterprise, in EYNAUD, P.; LAVILLE, J-L.; LUCAS DOS SANTOS, L.; BANERJEE, S.; AVELINO, F. & HULGÅRD, L. (Eds.) *Theory of Social Enterprise and Pluralism: solidarity economy, social movements, and Global South*. London, NY: Routledge, 2019, pp. 90-115.

LUCAS DOS SANTOS, L. Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade económica, gênero e epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2017, n. 114, pp. 161-186. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/6797>

MIGNOLO, W.; HE, W. & XIE, H. Harmonious Prospect and Decolonial Image of the World. *Marxism and Reality*, 2012, 4, pp. 110-120.

MORETON-ROBINSON, A. *Talking Up to the White Woman: Indigenous Women and Feminism*. St Lucia: Queensland University Press, 2000.

PINI, B.; MAYES, R.; RODRIGUEZ CASTRO, L. Rurality, Geography and Feminism: troubling relationships, in: DATTA, A.; HOPKINS, P.; JOHNSTON, L.; OLSON, E. & SILVA, J. M. (Eds.) *Routledge Handbook of Gender and Feminist Geographies*. London: Routledge, 2020, pp. 202-211.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad-racionalidad, in BONILLO, H. (Ed.), *Los conquistados*. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones/ Flacso, 1992, pp. 437-449.

RIO, C. Whiteness in Feminist Economics: The Situation of Race in Bargaining Models of the Household. *Critical Sociology*, 2012, 38(5), pp. 669–685. DOI: [10.1177/0896920511423724](https://doi.org/10.1177/0896920511423724).

SANTOS, B. de S. *The end of cognitive empire: the coming of age of epistemologies of the South*. Durham and London: Duke University, 2018.

ZEIN-ELABDIN, E. Articulating the postcolonial (with economics in mind), in ZEIN-ELABDIN, E. & CHARUSHEELA, S. (Eds.) *Postcolonialism meets Economics*, London: Routledge, 2004, pp. 21-39.